



A formação da opinião pública itaboraiense (1822-1832)

Gilciano Menezes Costa

Doutorando em História pelo PPGH-UFF

Professor de História da Rede Estadual de Ensino em Itaboraí-RJ

A análise da História da Imprensa de Itaboraí¹ não está atrelada apenas ao material impresso produzido na cidade, mas também à formação de uma opinião pública resultante de correspondências divulgadas em jornais de outras regiões. Diversos debates e polêmicas sobre temáticas locais foram publicizados em diferentes periódicos da Corte e, inclusive, em períodos que antecederam a existência da prática tipográfica local. Logo, como será demonstrado neste texto, a formação da opinião pública itaboraiense ocorreu em um período anterior à implementação do periodismo impresso na cidade.

Segundo Marco Morel, os diversos materiais impressos nas duas primeiras décadas do século XIX viabilizaram o surgimento da opinião pública no Brasil. Esse pesquisador considera a expressão opinião pública como “polissêmica e também polêmica”. De acordo com Morel, a opinião pública foi desenvolvida no contexto pós-absolutista (devido à criação de uma nova cultura política caracterizada pela busca do debate) e representou “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (2013, p. 33).

Esse recurso, essencial para a construção de novas legitimidades na sociedade para além dos limites do julgamento privado, teve como momento crucial para o seu desenvolvimento no Brasil o período de 1820 a 1822, na medida em que foi nesse contexto que eclodiram expressivas mudanças que repercutiram em calorosos debates, tendo como destaque a temática da Independência do Brasil.

Nessa época, o espaço público de críticas se expandiu em um nível consideravelmente expressivo, na medida em que a suspensão prévia da censura, realizada em 1821, intensificou a prática de publicizar discussões do âmbito privado nos

¹ O município de Itaboraí está localizado na parte leste do Recôncavo da Guanabara no Estado do Rio de Janeiro.



periódicos, ou seja, levou tais debates para a esfera pública. Isso se explica pelo fato de que, segundo Jünger Habermas, “a esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade (1984, p. 46).”

Em território brasileiro, possivelmente o uso da expressão opinião pública em periódicos foi iniciado pelo jornal Correio Braziliense, que citou o termo em seu primeiro número (publicado em junho de 1808) na frase “o primeiro despertador da opinião pública nos factos” (Correio Braziliense, 06/1808, p.5) e pela Gazeta do Rio de Janeiro, que o mencionou em junho de 1809 no trecho “dividir a opinião pública [...], fazendo maliciosamente estender essa divisão” (Gazeta do Rio de Janeiro, 17/06/1809, p. 1).

Em relação aos dicionários, conforme pontuou Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves,

“não há qualquer referência ao conceito de opinião pública nos dicionários luso-brasileiros consultados até o final do Oitocentos, surgindo esse sintagma para a semântica histórica somente com a oitava edição de Moraes Silva, datada de 1890” (NEVES, 2009, p. 182).

É relevante salientar, como argumentou Lúcia Neves, que o conceito de opinião pública recebeu diversas conotações, na medida em que se modificava de acordo com o tempo, o lugar e o contexto em que era utilizado. Ela afirma que em momentos de tensão, como o fechamento da Assembleia Constituinte, em 1823, por exemplo, “a opinião pública era vista, por alguns redatores de jornais, como uma forma de manipulação e de conquista do público leitor”. Já no Primeiro Reinado e no início do Período Regencial surge uma outra concepção de opinião pública, atrelada a ideia de “soberania popular”. É nesse contexto que ocorrem as primeiras referências ao “Tribunal da Opinião Pública”, visão partilhada pelos exaltados e difundida no jornal Nova Luz Brasileira. Segundo Neves,

paulatinamente, a ideia da opinião assumia o lugar de “rainha do universo”, capaz de emitir um juízo imparcial, de cunho infalível, diante do qual se desfaziam os receios humanos. Fundamentada na supremacia da razão e na presença de uma elite intelectualizada, o conceito adquiria novas conotações, que remetiam para a concepção de uma vontade da maioria, produzida pelo conjunto de cidadãos que devem se fazer representar em assembleia para decidir o bem comum (NEVES, 2009, p. 191).



Através da leitura dos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital (plataforma online de pesquisa da Fundação da Biblioteca Nacional), foi possível constatar que a primeira menção que fez referência a alguma localidade de Itaboraí, em um jornal, ocorreu em 1809 na Gazeta do Rio de Janeiro. Na época, a escrita utilizada para se referir a cidade era “Itaborahi”. Tal menção foi realizada de forma objetiva, visto que apenas acompanhava o nome de um clérigo que atuava na cidade da época: “O Reverendo Vigário de Itaborahi, José Soares de Azevedo”. Em mesmo periódico, em 1813, Porto das Caixas (outra localidade de Itaboraí) foi citada. A publicação foi realizada como um “aviso” de venda de uma posse denominada “Fazenda Maravilha” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 18/10/1808, p. 2; 01/09/1813, p. 4).

Conforme pontuou Juliana Gesuelli Meirelles, ao analisar A Gazeta do Rio de Janeiro, essas seções de anúncios e avisos foram marcadas “pela maciça participação dos leitores que a utilizaram como um meio privilegiado de expressão”. Assim, “anúncio de escravos fugidos, chegada de mercadorias, busca por profissionais especializados, oferecimentos de serviços” e, como nesse caso, venda de propriedades e reconhecimento social eram publicizados nesses espaços (2006, p. 72). Logo, ao tornar público demandas e ações de habitantes de uma outra região, esse jornal explicitou também uma certa conexão de necessidades da vida cotidiana entre a Corte Imperial e a Vila de Itaboraí. Contudo, nenhuma das duas menções apresentadas acima expuseram defesas de ideias. Apenas informaram, respectivamente, uma representação social e um interesse em realizar uma negociação de venda de uma propriedade.

A partir dos anos de 1821, conforme mencionou Lúcia Neves, ocorreu uma “pregação de uma cultura do liberalismo”, o que viabilizou a produção (e circulação) de variados impressos em diversas províncias do país. Assim, como resultante do contexto, “as ideias passaram a alcançar uma plateia socialmente mais larga e variada, que deixava de encará-las como novidades do domínio privado para vê-las como pertencentes a um domínio público” (2009, p. 184).

Esse ambiente contribuiu para que, em junho de 1822, a região de Itaboraí passasse a ser citada por exposição de ideias articuladas nos escritos de seus moradores. Tal abordagem foi iniciada em um “Artigo de ofício”, intitulado de “Vila de S. João de



Itaboraí”, publicado na Gazeta do Rio². Esse escrito representa uma manifestação pública do Regimento de Milícias Nº 9 do “Quartel de S. João de Itaboraí”. Em suas observações foram apresentados elogios nas ações realizadas por D. Pedro I (Príncipe Regente no período) acompanhados de uma considerável identificação na defesa da aplicabilidade do que foi assinalado. Segundo o artigo

quando Vossa Alteza Real se Dignou aceitar o grito de entusiasmo com que os Filopátricos dessa Capital o aclamaram Defensor Perpetuo do Reino do Brasil [...] afiançou de mais [...] a nossa confiança, quando vimos emanar dele o Decreto 3 de julho, no qual Vossa Alteza Real [recebeu] á muito justa e necessária Representação da Câmara e [do] Povo dessa cidade, mandou a instalação de uma Assembleia Geral de todas as Províncias do Brasil [...], e uma Constituição própria e indígena do País; aceitando com tudo alguns artigos da Constituição de Portugal, naquilo que for mais adaptável com as nossas circunstâncias e interesses, e não ofender os direitos inalienáveis da propriedade e garantia do Povo livre [...] e que jamais retrogradará do grão de honra e de respeito, que por lei e natureza lhe compete (Gazeta do Rio, 20/07/1822, p. 3, grifo meu).

Esse texto representa um indicativo de que a opinião pública itaboraiense foi iniciada nesse período, visto que apenas a partir dele que posicionamentos políticos (embora sendo explicitados por identificações de ações acompanhadas implicitamente de cobranças) passaram a ser publicizados.

A identificação política destacada no artigo vai ao encontro da caracterização que Izabel Lustosa fez desse período, pois, segundo ela, entre os anos de 1821 a 1823, o conteúdo das matérias publicadas nos jornais demonstra uma “intensa participação da imprensa na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria” (2000, p. 16).

Em 1823, o jornal Correio do Rio de Janeiro publicou, em sua seção de Correspondência, um texto que apresentou a sequência de uma situação desenvolvida, em Itaboraí, por causa de uma discussão entre um homem branco livre e uma mulher negra escravizada. Nesse escrito, assinado por Antonio Joaquim Moreira de Souza, foi explicitada uma narrativa onde Souza se apresenta como “vítima” por ter sido, segundo ele, insultado em sua casa “diretamente por uma preta”. Diante do ocorrido, ele alegou

² Gazeta do Rio de Janeiro com o título modificado.



que recorreu “a meios extraordinários e com meia dúzia de camaronadas”, decidiu a questão (Correio do Rio de Janeiro, 26/09/1823, p. 4).

A discussão se desenvolveu pelo fato de que a escravizada agredida denunciou o senhor Souza ao Comandante interino do Regimento de Infantaria nº 9, visto que ela era escravizada por outra pessoa. Sabendo da denúncia, o senhor Souza procurou o Comandante para, segundo ele, “informar melhor do fato acontecido”. Contudo, o Comandante não o atendeu no momento em que ele queria e apenas horas depois o agressor foi chamado para ir ao Quartel. Chegando lá, encontrou novamente com a escravizada (agora acompanhada de sua Senhora), gerando o retorno da discussão. Na sequência do texto o Senhor Souza alegou que o Comandante, estando “a par de muitas pessoas que nessa ocasião o circundavam”, falou “os maiores impropérios” para ele e o ameaçou “asperamente com aspecto furioso”. Irritado e se sentido insultado, Souza finalizou seu texto chamando a autoridade citada de “déspota”, “miserável” e de “Abutre da Humanidade” (Correio do Rio de Janeiro, 26/09/1823, p. 4).

Seu texto demonstra a evolução das discussões de questões do cotidiano de um ambiente privado local para a arena pública do periodismo, tendo como prática de ação a busca em obter a legitimidade nos atos praticados. Embora residente em Itaboraí, o relato do senhor Souza explicitou uma comunicação estabelecida com um jornal da Corte e a existência de um itaboraiense como um leitor ativo desse periódico. Considerando que o referido jornal provavelmente circulava na vila (embora não de forma periódica por conta da distância), o uso desse meio privilegiado de interação social foi realizado para expressar seus interesses, tanto em tentar tornar sua versão da história como a verdadeira, assim como para provavelmente demonstrar a dimensão de suas redes de sociabilidade e com isso, tornar público sua disposição em atuar contra o que lhe incomodava.

Os insultos mencionados pelo Senhor Souza ao Comandante não representam uma prática isolada, ou apenas uma resultante de sua fúria pelo ocorrido, mas sim uma demonstração de uma característica existente na imprensa do período, que era utilizar dos ataques pessoais, e de palavras de baixa calão, para atacar o personagem central de sua desavença. Isabel Lustosa assinala que, nessa época, por conta da “instabilidade e indefinição política que o país vivia” ocorreu uma ausência de “regras relativas aos limites da liberdade de imprensa, que passara, em poucos dias, da censura prévia à total



liberação”. Esse quadro facilitou para que pessoas, sem o hábito de uma vida pública anterior, trouxessem elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial para os jornais (2000, p. 16).

Através da leitura da documentação obtida, foi possível constatar que, depois dos exemplos citados de correspondências que demonstram uma opinião pública sendo constituída em Itaboraí, apenas em 1828 que matérias referentes a posicionamentos de moradores da região e à explicitação de polêmicas de discussões locais voltaram a ser publicadas. Embora tenham sido poucos textos, o tema central ficou em torno de denúncias de possíveis arbítrios de autoridades locais. Frases contendo expressões como “as arbitrariedades e despotismos praticados pelo Coronel Comandante [...] contra a Constituição do Império, contra a honra e inviolabilidade” foram corriqueiras em algumas dessas publicações (ASTREA, 21/08/1828, p. 3-4).

Já no ano de 1829, ocorreu um crescimento considerável de escritos locais na seção de Correspondências de alguns jornais da Corte, entre eles, destacam-se a Aurora Fluminense e, sobretudo, a Astrea. Esse dinamismo é resultado direto da reação dos itaboraienses em relação às “Febres de Macacu”.³ É relevante frisar que essa temática acompanha o desenvolvimento da opinião pública itaboraiense, na medida em que perpassa o tempo de ausência de impressos em Itaboraí e vai até um contexto (iniciado em 1832) em que já existia a circulação de periódicos locais, acompanhando assim o período de maior incidência dessas febres na região, ou seja, se mantém como um dos temas presente nas preocupações dos habitantes entre os anos de 1829 a 1835. Os debates em torno das causas das febres, as polêmicas referentes ao tratamento utilizado e como as autoridades atuavam diante do flagelo da população nortearam a maioria das publicações locais nos jornais da Corte nesse período.

Como exemplo, destaca-se a correspondência seguinte (publicada pelo Astrea), questionando o Presidente da Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá⁴ por

³ Termo utilizado para designar algumas febres endêmicas, como malária e cólera, que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir de 1829, nas proximidades do rio Macacu. A presente pesquisa também considera as publicações de moradores da Freguesia de Santo Antonio de Sá como parte integrante da história da formação da opinião pública de Itaboraí, visto que essa região se tornou, em 1875, parte do território itaboraiense. Para saber mais ver: (COSTA, 2013).

⁴ Conhecida também como Vila de Macacu, a Vila de Santo Antonio de Sá chegou a ser composta, em 1778, por seis freguesias: Santo Antônio de Sá (sede da Vila); Santíssima Trindade; Nossa Senhora da Ajuda de Cernambitigba (Guapi-mirim); Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito; São João Batista de



defender o retorno dos representantes da justiça para a sua antiga sede, mesmo diante do quadro de epidemias que se encontrava a região. O autor do texto, intitulado como “O inimigo dos oleiros fictícios”, denunciou que tal postura foi realizada pelo Presidente da Câmara por este ter pensado exclusivamente nos prejuízos que alegava estar tendo em sua olaria, desconsiderando assim o contexto epidêmico na região. Na época, as seções da Câmara estavam sendo realizadas em uma colina de Itaboraí (que nesse período ainda era Freguesia da Vila de Santo Antonio de Sá), visto que sua localização possuía melhores condições para que os vereadores se protegessem das febres⁵. Segundo a publicação:

Snr. Redator – É voz pública, que se pede a S. M. I. o regresso da Justiça para Macacu. Presa ao seu que isso não se realiza por ora, pois que não tem de uma vez cessado a epidemia, como querem persuadir as miseráveis criaturas do Sr. Presidente da C. M. Alexandre Fórtes de Bustamante e Sá. Tal regresso Snr. Redator só utiliza a esse Snr., porque, sendo inegável a existência daquele terrível mal, de certo que o Snr. Juiz de Fora atual, bem como os outros, zeloso de sua existência, e sua família obterá licença [...], entretanto que o Snr. Presidente [...] continua advogar [...] contra a disposição da lei, sempre com a impostura que sofre prejuízos por estar ausente da Olaria, de que vive. Ora Snr. Redator, se tem cessado a epidemia, e se o Snr. Fórtes vive de sua Olaria, como inculca; porque não tem voltado para Macacu a continuar no fabrico de tijolo e telha? (Astrea, 24/08/1830).

Como pode ser observado na citação acima, matérias locais questionando as autoridades com provocações em tom de desafio (que nesse caso foi caracterizado pela denúncia do uso das febres para fins individualistas) também estiveram em pauta nos debates referentes às Febres de Macacu na imprensa da Corte.

Além dos exemplos anteriormente apresentados, como forma de conhecer os principais temas que foram contemplados nas publicizações das discussões privadas dos itaboraienses nos jornais da Corte desse período, há um fato inusitado que deve ser problematizado. Trata-se de um documento intitulado “Carta escrita pelo sacristão da Freguesia de São João de Itaboraí ao reverendo vigário da mesma freguesia, narrando os acontecimentos dos dias 9 e 12 de janeiro deste ano”. O manuscrito desse documento,

Itaboraí e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. A Vila, com suas seis freguesias, possuía uma dimensão territorial tão extensa que, ao ser desmembrada no decorrer do Século XIX, se dividiu nos atuais municípios de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Guapimirim. Para saber mais ver: (COSTA, 2018).

⁵ Diante dos flagelos gerados pelas Febres de Macacu, segundo o escritor Joaquim Manuel de Macedo, a Câmara Municipal da Vila de Santo Antonio de Sá e a Justiça foram transferidas para a Freguesia de São João Batista de Itaboraí, considerada por ele “o oásis de saúde em todo o município”. Foi apenas em 1833 que a Câmara e a justiça retornaram para a antiga sede da Vila (MACEDO, 1880, p. 5-7).



datado em 15 de janeiro de 1822, foi localizado pelo historiador Hélio Vianna, em 1960, no Museu Imperial de Petrópolis. Vianna, através de uma série de procedimentos, conseguiu comprovar que o documento foi escrito pelo Príncipe Regente D. Pedro, embora constasse a assinatura do dito sacristão: Simplício Maria das Necessidades. Para o historiador, esse documento representou a estreia do Príncipe como “publicista anônimo” (VIANNA, 12/04/1960, p. 6).⁶ O conteúdo da carta tratava de forma pitoresca os fatos que sucederam ao dia do Fico, apresentando críticas a personagens considerados desafetos de D. Pedro.⁷

Viana também localizou esse manuscrito impresso em um folheto de 4 páginas na divisão de obras raras da Biblioteca Nacional com uma data posterior ao original: 21 de janeiro de 1822. Ele constatou que o material ao ser impresso foi distribuído e que teve repercussões consideráveis. Isso pode ser observado na publicação do jornal Diário do Rio de Janeiro, no dia 5 de fevereiro de 1822, que ao se referir à carta noticiou que o “Sacristão tudo viu, a tudo assistiu; e por isso a sua narração é a história mais exata, que temos das proezas escandalosas campanha do Tenente General Avilez [...] (Diário do Rio de Janeiro, 05/02/1822, p. 3).” O jornal o Revérbero Constitucional Fluminense, no dia 9 de abril, também recebeu a carta e declarou que estava extasiado diante da frase “eu sei que meu sangue é da mesma cor que o dos negros” (Reverbero Constitucional Fluminense, 09/04/1822, p. 269).

De acordo com Izabel Lustosa, D. Pedro nesse artigo se manifestou claramente contra a escravidão. Ela argumenta que D. Pedro propunha a extinção gradual da escravidão e sua substituição pelo trabalho livre a partir da imigração de trabalhadores europeus, tal como fora proposto por Hipólito da Costa no Correio Braziliense (2006, p. 78).⁸

⁶ Hélio Vianna conseguiu identificar em torno de 29 pseudônimos utilizados por D. Pedro em diferentes jornais do período. Para saber mais ver: (VIANNA, 1967, p. 15-25).

⁷ O dia do Fico é uma referência ao dia 09 de janeiro de 1822, momento em que D. Pedro declarou que não cumpriria as ordens das Cortes portuguesas de retornar para Lisboa, permanecendo, dessa forma, no Brasil. Para saber mais ver: (LUSTOSA, 2006, p. 73-75).

⁸ A autora afirma que “poucos foram os intelectuais brasileiros da Independência que se dedicaram a um estudo crítico e sistemático da escravidão: José Bonifácio, João Severiano Maciel da Costa e Hipólito da Costa. Esses primeiros abolicionistas apontavam os danos que a escravidão causava à sociedade brasileira” (LUSTOSA, 2006, p. 78).



A constatação do historiador Hélio Vianna de que a carta foi escrita por D. Pedro e não por um Sacristão de Itaboraí vai ao encontro do que está sendo argumentado na presente pesquisa, na medida em que demonstra que a opinião pública itaboraiense ainda estava em formação, sobretudo no ano em que o manuscrito foi elaborado, 1822, momento em que poucas publicações de textos de itaboraienses eram debatidos a partir de jornais na Corte. Assim sendo, para esse ano, é pouco provável que um escrito de um Sacristão de Itaboraí alcançasse a repercussão e dimensão que essa carta teve, o que endossa a comprovação de Vianna de que não foi um clérigo de Itaboraí quem o escreveu.

Como demonstrado neste artigo, o início da opinião pública itaboraiense foi caracterizado por posicionamentos e discussões dos moradores locais publicados nos impressos de tipografias localizadas na Corte Imperial, ou seja, foi a partir do momento em que as divergências entre os moradores ultrapassaram a esfera privada local e foram publicizadas nesses impressos. Assim, considera-se que a formação dessa opinião pública ocorreu entre os anos de 1822, quando foi iniciado a publicização de posicionamentos locais na imprensa da Corte, e 1832, ano em que o primeiro jornal impresso de Itaboraí foi criado.⁹

Entre os temas que predominaram nos escritos dos itaboraienses nesse período (e já apresentados neste estudo), destacam-se os seguintes: posicionamentos no contexto da definição do formato político que a nação brasileira tomaria; conflitos ocasionados diante dos valores impositivos da sociedade escravocrata; denúncias de arbítrios de autoridades locais; e com mais expressão, a partir de 1829, os debates em torno das “Febres de Macacu”.

Todas as discussões e posicionamentos desses moradores, nesse contexto, foram publicizados em jornais com tendências liberais (Gazeta do Rio, Correio do Rio de Janeiro, Astrea e Aurora Fluminense). Os textos contendo debates locais publicados nesses periódicos não foram contra argumentados em matérias de jornais com inclinações políticas diferentes, mas sim, e apenas, nos periódicos de tendência liberal.

⁹ Foi através da circulação do jornal o Itaborihense, lançado em maio de 1832, que o periodismo impresso foi implementado em Itaboraí. É relevante ressaltar que foi apenas em junho, de mesmo ano, que o periódico O Severo (impresso na “Tipografia Patriótica de Itaboraí”) foi publicado na vila (O Severo, 10/06/1832, p. 1).



Logo, isso possibilita supor a presença de um predomínio de identificação política liberal por parte dos letrados que escreveram nesse contexto de formação da opinião pública local. Isso não significa afirmar que havia apenas uma inclinação política na região ou que tal linha política fosse compartilhada por todos os moradores da época. O fato de os textos serem assinados em sua grande maioria por pseudônimos, como forma de manter o anonimato, demonstra a preocupação de retaliações, o que assinala os possíveis choques de ideias, interpretações e de variadas identificações políticas existentes na Vila de Itaboraí.

Por fim, este estudo buscou ampliar a interpretação da análise local para contextos conexos com a prática tipográfica de variadas regiões, não se retendo ao estudo da localidade em si. Dessa forma, essa abordagem intencionou proporcionar o entendimento de que o acesso à cultura letrada de periódicos, pelos moradores da Vila de São João de Itaboraí, foi realizado antes mesmo da produção de jornais impressos na própria vila. Portanto, a presente análise procurou inserir o estudo da História da Imprensa local em um contexto mais amplo da própria História da Imprensa Fluminense.

Referências bibliográficas:

Astrea, Rio de Janeiro, nº 321, p. 3-4, 21 ago. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749700&pasta=ano%20182&pesq> . Acesso em: 18 jan. 2020.

Astrea, Rio de Janeiro, nº 605, p. 1-2, 24 ago. 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749700&PagFis=1>. Acesso em 3 jan. 2020.

Correio Braziliense, Londres, ano 1, vol. I, n. 1, p. 5, jun. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700142x&pesq> . Acesso em: 6 jan. 2020.

Correio do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 47, 26 set. de 1823. Correspondencia, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749370&pasta=ano%20182&pesq> . Acesso em 15 jan. 2020.



COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1603.pdf>. Acesso em 2 jan. 2020.

_____. **A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial (1697-1877)**. In: Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529808441_ARQUIVO_AVILADESANTOANTONIODESA.pdf. Acesso em 2 jan. 2020.

Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 3, p. 3, 5 fev. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%201822&pesq=. Acesso em: 16 jan. 2020.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 6, p. 2, 18 out. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&Pasta=ano%20180&Pesq=%22Itaborahi%22>. Acesso em 6 jan. 2020.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 1, n. 80, p. 1, 17 jun. 1809. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pasta=ano%20180&pesq=>≡. Acesso em: 10 jan. 2020.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 70, p. 4, 1 set. 1813. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&PagFis=52&Pesq=%22Itaborahi%22>. Acesso em 8 jan. 2020.

Gazeta do Rio, Rio de Janeiro, nº 87, p. 3, 20 jul. 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&PagFis=52&Pesq=%22Itaborahi%22>. Acesso em 10 jan. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos - a guerra dos jornalistas na Independência (1821- 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **D. Pedro I. Um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



MACEDO, Joaquim Manoel. **Suplemento do ano biográfico**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, vol. I, 1880.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2006.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Feres. MÄDER, Maria Elisa. (Orgs.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

O Severo, Itaboraí, nº 1, p. 1, 10 de jun. de 1832

Reverbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, nº XXII, p. 269, 9 abr. 1822.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700223&pasta=ano%20182&pesq>

≡. Acesso em: 16 jan. 2020.

VIANNA, Hélio. O Príncipe Regente e o Sacristão de Itaboraí. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, nº 162, p. 6, 12 abr. 1960. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=h%C3%A9lio%20Vianna. Acesso em 15 jan. 2020;

_____. **D. Pedro I, Jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.